

## Capítulo 1

PROCESSOS COLETIVOS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	27
1.1 CONCEITO DE PROCESSO COLETIVO .....	27
1.2 GRUPO E MEMBROS DO GRUPO .....	31
1.2.1 Os conceitos fundamentais de grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo.....	31
1.2.2 Premissas filosóficas e sociológicas para a compreensão das coletividades como sujeitos de direitos distintos dos seus membros.....	33
1.2.2.1 As divergências entre o individualismo e o coletivismo ontológicos.....	36
1.2.2.2 O “problema” da conflituosidade interna aos grupos e a opção pela concepção não agregativa.....	40
1.2.2.3 As críticas a respeito das concepções coletivistas e individualistas no Brasil .....	44
1.3 AS TIPOLOGIAS DE LITÍGIOS COLETIVOS NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES PRÁTICAS.....	49
1.3.1 A opção brasileira pela tripartição conceitual dos direitos coletivos em sentido amplo.....	49
1.3.2 Os problemas advindos da opção conceitual dos direitos coletivos .....	52
1.3.3 Conflitos coletivos, conflitos estruturais e conflitos de massa.....	56
1.3.4 O dogma da indivisibilidade e a importância da construção de conceitos sociologicamente orientados de litígios coletivos.....	59
1.3.4.1 Litígios transindividuais de difusão global .....	62
1.3.4.2 Litígios transindividuais de difusão local .....	64
1.3.4.3 Litígios transindividuais de difusão irradiada.....	66
1.4 INSTRUMENTOS PARA A TUTELA DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS COLETIVAS NO DIREITO BRASILEIRO .....	70
1.4.1 Os escopos da tutela coletiva .....	70
1.4.1.1 O acesso à justiça .....	71
1.4.1.2 Economia processual.....	74
1.4.1.3 Justiça e equilíbrio entre os litigantes .....	76
1.4.1.4 Previsibilidade .....	77

1.4.1.5	Dissuasão .....	78
1.4.1.6	Reparação .....	80
1.4.2	Ações coletivas .....	81
1.4.2.1	Conceito e espécies de ações coletivas.....	81
1.4.2.2	A incompletude do sistema das ações coletivas .....	86
1.4.3	Julgamento de casos repetitivos .....	93
1.4.3.1	Conceito e distinções necessárias.....	93
1.4.3.2	O julgamento de casos repetitivos como processo coletivo não objetivo.....	98
1.4.3.3	A representação indireta no julgamento de casos repetitivos..	104
1.4.3.4	A dupla função do julgamento de casos repetitivos no Brasil ..	106
1.4.3.5	O julgamento de casos repetitivos como incidente multipolarizado: o problema da participação e da representação de interesses concorrentes .....	108

## Capítulo 2

A IMPORTÂNCIA DA “CERTIFICAÇÃO” COLETIVA NA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA .....	113
2.1 A CLASS ACTION COMO INSTRUMENTO DE TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS.....	113
2.1.1 Evolução histórica: aspectos gerais .....	113
2.1.2 O marco das <i>Federal Rules of Civil Procedure</i> (1938).....	116
2.1.3 A reforma de 1966 e a nova redação da <i>Rule 23</i> .....	118
2.2 OS FUNDAMENTOS DA CLASS CERTIFICATION NO DIREITO NORTE-AMERICANO .....	122
2.2.1 Os dois sentidos da <i>class certification</i> : a definição do grupo e a verificação dos requisitos de admissibilidade da <i>class action</i> .....	122
2.2.2 Relevância da decisão de <i>class certification</i> .....	125
2.2.3 O momento da decisão.....	129
2.2.4 Considerações sobre o mérito da demanda na <i>class certification</i> .....	130
2.2.5 Revogação e modificação da decisão de <i>class certification</i> .....	133
2.2.6 “Certificação” parcial ( <i>issue class action</i> ) .....	138
2.3 OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE ANALISADOS NA CLASS CERTIFICATION .....	140
2.3.1 Questão comum ( <i>commonality</i> ).....	140
2.3.2 Tipicidade ( <i>typicality</i> ) e representação adequada ( <i>adequacy of representation</i> ).....	147
2.3.3 Numerosidade ( <i>numerosity</i> ) .....	151
2.4 A RECORRIBILIDADE IMEDIATA DA DECISÃO DE “CERTIFICAÇÃO” .....	153

2.5	A NOTIFICAÇÃO ADEQUADA DO GRUPO ( <i>NOTICE</i> ) .....	155
2.5.1	Conceito e conteúdo.....	155
2.5.2	Momento e espécies de notificação.....	157
2.6	OS OLHOS SOBRE O GRUPO: PREMISSA FUNDAMENTAL EXTRAÍDA DA <i>CLASS CERTIFICATION</i> E SUA APLICAÇÃO AO BRASIL .....	160

### Capítulo 3

	DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS COLETIVOS: EM DEFESA DE UMA “CERTIFICAÇÃO” À BRASILEIRA .....	165
3.1	A <i>CLASS CERTIFICATION</i> COMO UMA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	165
3.2	A FASE DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	167
3.3	SANEAMENTO PROCESSUAL E A ORGANIZAÇÃO DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS: IMPORTÂNCIA E O PAPEL DO REGIMENTO INTERNO DOS TRIBUNAIS COMO FONTES SUPLEMENTARES .....	174
3.4	PRECLUSÃO DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS COLETIVOS .....	178
3.5	A RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 76 DE 08/09/2020 .....	181
3.6	CONTEÚDO “MÍNIMO” DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS COLETIVOS .....	183
3.7	CONTEÚDO DA DECISÃO: A IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO E DAS QUESTÕES COMUNS NOS PROCESSOS COLETIVOS .....	184
3.7.1	A definição do grupo e das questões comuns nas ações coletivas .....	184
3.7.2	A identificação do grupo e das questões comuns no julgamento de casos repetitivos .....	186
3.7.3	A relevância das circunstâncias fáticas no julgamento de casos repetitivos.....	188
3.8	CONTEÚDO DA DECISÃO: A NOTIFICAÇÃO ADEQUADA DO GRUPO E DOS SEUS MEMBROS.....	189
3.8.1	A objeção da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	189
3.8.2	A diversas funções do dever de notificação do grupo.....	190
3.8.3	A insuficiente regulamentação do dever de notificação no Brasil .....	192
3.8.4	Parâmetros para uma adequada notificação por ocasião da decisão de saneamento e organização do processo .....	194
3.9	CONTEÚDO DA DECISÃO: A DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA .....	199
3.9.1	A disciplina da competência territorial absoluta nas ações coletivas .....	199
3.9.2	O desmembramento das pretensões de subgrupos e a convivência de ações coletivas em foros distintos: a tutela do princípio da competência adequada no Conflito de Competência n. 1.444.922/MG .....	203

3.9.3	A competência adequada no julgamento de casos repetitivos.....	206
3.10	CONTEÚDO DA DECISÃO: A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NOS PROCESSOS COLETIVOS .....	208
3.10.1	O controle da legitimação adequada nas ações coletivas brasileiras: o estado da arte.....	209
3.10.2	Proposta de roteiro de controle da legitimação adequada nas ações coletivas brasileiras.....	212
3.10.3	A escolha da causa-piloto nos incidentes de julgamento por amostragem.....	215
3.10.3.1	Primeiro vetor: a amplitude do contraditório no processo originário.....	218
3.10.3.2	Segundo vetor: pluralidade e representatividade dos sujeitos do processo originário .....	220
3.11	CONTEÚDO DA DECISÃO: A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS COLETIVOS.....	221
3.11.1	Aspectos gerais: as formas de intervenção e a legitimidade <i>ad actum</i> ....	221
3.11.2	A participação nas ações coletivas.....	223
3.11.2.1	A intervenção de colegitimados coletivos.....	223
3.11.2.2	A participação direta do grupo nas ações coletivas.....	227
3.11.2.3	A intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa .....	228
3.11.2.4	A intervenção dos membros do grupo “como litisconsortes” nas ações coletivas voltadas à tutela de direitos individuais homogêneos.....	231
3.11.2.5	A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	235
3.11.2.6	A participação de experts durante audiências públicas.....	238
3.11.2.7	A intervenção dos <i>amici curiae</i> .....	246
3.11.3	A participação no julgamento de casos repetitivos .....	251
3.11.3.1	Déficit participativo no julgamento dos casos repetitivos .....	251
3.11.3.2	Formas interventivas comuns às ações coletivas .....	254
3.11.3.3	A intervenção dos membros de grupo partes dos processos sobrestados .....	254
3.11.3.4	A intervenção de interessados na formação do precedente judicial.....	258
3.11.3.5	O controle da legitimidade <i>ad actum</i> pelo relator no julgamento de casos repetitivos.....	260
3.12	CONTEÚDO DA DECISÃO: A ATIVIDADE PROBATÓRIA NOS PROCESSOS COLETIVOS.....	263
3.12.1	Aspectos gerais: a produção da prova e a tipologia de conflitos coletivos.....	263
3.12.2	A modificação do ônus da prova.....	264

3.12.3 A cooperação jurídica nacional: atos concertados em matéria probatória.....	269
3.13 A CERTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS.....	272
3.13.1 Histórico e conceito.....	272
3.13.2 Características dos processos estruturais.....	276
3.13.3 Processos estruturais e experimentalismo judicial.....	278
3.13.4 Particularidades da certificação dos processos estruturais.....	282

#### *Capítulo 4*

CONCLUSÃO.....	287
REFERÊNCIAS.....	291